

## **Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI): possibilidades anunciadas para o enfrentamento da reprovação e abandono escolar**

*Vivian Isleb*

### **Resumo**

O presente artigo tem como objeto de análise o Programa Ensino Médio Inovador e seus Documentos Orientadores- 2009, 2011 e 2013, que trazem subsídios e orientações à implantação, implementação, acompanhamento e avaliação do Programa. Verificou-se em que medida o ProEMI, a partir das suas intenções e orientações, pode trazer subsídios para melhorar a organização curricular das escolas; contribuir com a qualidade da educação e consequentemente, para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar no Ensino Médio. Como procedimento metodológico, realizou-se a análise documental tendo por base as orientações e propostas das três versões do Documento Orientador do ProEMI. Como resultados da análise foram identificados seis elementos que podem ser indutores de mudanças na escola e na sua organização curricular, trazendo assim, possibilidades para o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar no Ensino Médio, a saber: reorganização dos espaços; reorganização do tempo; reorganização do currículo; diversificação das práticas pedagógicas; recursos financeiros; acompanhamento dos dados do fluxo escolar.

**Palavras-chave:** Programa Ensino Médio Inovador. ProEMI. Documento Orientador. Ensino Médio. Fluxo Escolar.

### **Introdução**

O Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI foi criado em 2009, pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Básica, no sentido de cumprir com a sua tarefa supletiva e redistributiva juntos aos entes federados, sendo instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009. Baseado em um regime de articulação, cooperação e diálogo entre o MEC e os estados, o ProEMI incentiva o desenvolvimento de políticas educacionais e demais ações voltadas para o Ensino Médio junto as Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC) e o Distrito Federal bem como, propõe mudanças curriculares para o seu público alvo: as escolas públicas de Ensino Médio.

O Programa apresenta várias finalidades, dentre elas: a ampliação da carga horária, o incentivo a práticas pedagógicas diferenciadas, a indução de mudanças curriculares e o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar. Para isso, destina-se apoio técnico e financeiro aos seus participantes, por meio da adesão ao Programa.

Desde a sua criação, foram publicadas três versões de seu Documento Orientador (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013), que apresentam diversos subsídios e

orientações voltadas à implantação, implementação, acompanhamento e avaliação do Programa.

Além disso, tais documentos buscam auxiliar o processo de mudanças curriculares nas escolas. Ressalta-se que as versões do Documento Orientador do ProEMI-2009, 2011, 2013, trazem algumas marcas diferenciadas que direcionam a condução da política.

Com base nas suas finalidades e propostas, problematiza-se: em que medida o ProEMI, a partir das suas intenções e orientações (expressas nas suas três versões do Documento Orientador), pode trazer subsídios para melhorar a organização curricular das escolas; contribuir com a qualidade da educação e conseqüentemente, para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar no Ensino Médio?

Com base nesta problematização e como parte do encaminhamento metodológico, foi realizada a análise documental das versões do Documento Orientador do ProEMI-2009, 2011 e 2013.

Importante destacar que o presente texto toma como referência aquilo que a política anuncia, o que ela pretende, as suas finalidades, as suas orientações e as concepções que diz defender.

Para efeito deste texto, sistematizou-se o conteúdo em três seções. Primeiramente apresentam-se as orientações e propostas expressas nas três versões do Documento Orientador do ProEMI bem como, as principais possibilidades identificadas, que podem contribuir para o enfrentamento dos índices de abandono e reprovação escolar. A segunda seção traz uma síntese comparativa das possibilidades anunciadas pelo ProEMI. Por fim, as considerações finais.

## **1. Documento Orientador do ProEMI: orientações e propostas**

Primeiramente entende-se que o ProEMI faz parte de um conjunto políticas educacionais, diretrizes, programas e ações, em andamento, voltadas para a Educação Básica, mais especificadamente para o Ensino Médio.

O ProEMI é apresentado como um Programa que busca, por meio das mudanças na organização curricular, contribuir para a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, para o enfrentamento dos índices de abandono e reprovação escolar.

Os Documentos Orientadores do ProEMI-2009, 2011 e 2013 trazem subsídios teóricos-metodológicos e orientações que estimulam e levam as escolas participantes a

(re)organizarem o seu trabalho pedagógico. Com base nas três versões do Documento Orientador do Programa, são os principais elementos encontrados que podem ser indutores de mudanças no espaço escolar e na organização curricular, trazendo assim, possibilidades para o enfrentamento dos índices de abandono e de reprovação escolar: Reorganização dos espaços; Reorganização do currículo; Reorganização do tempo<sup>1</sup>; Diversificação das práticas pedagógicas; Recursos financeiros e Acompanhamento dos dados do fluxo escolar.

### **1.1 Reorganização dos espaços, do tempo escolar e dos recursos financeiros**

Nas versões do Documento Orientador do ProEMI- 2009, 2011 e 2013 a reorganização dos espaços é proposta com orientações voltadas ao desenvolvimento de atividades teórico-práticas em sala de aula e, em outros ambientes externos e internos a escola.

No que diz respeito à reorganização do tempo escolar, o Documento Orientador-2009 sugere a carga horária mínima de 3.000 horas, mantendo-se 2.400 horas obrigatórias e que sejam implantadas de maneira gradativa mais 600 horas. Nesta versão, a maneira de efetivar a ampliação da carga horária parece ficar a critério de escolha das Secretarias de Estado de Educação e de suas escolas participantes. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

Os Documentos Orientadores - 2011 e 2013 mantêm as mesmas condições para a carga horária, entretanto, oportunizam a escola escolher a ampliação do tempo escolar na perspectiva de 5 horas/dia, do tempo integral de 7 horas/dia ou da oferta do Ensino Médio noturno. (Brasil, MEC/SEB, 2011, 2013)

Mesmo que não seja identificado explicitamente nas três versões como viabilizar o aumento da permanência do aluno na escola, compreende-se que esta ampliação pode ser organizada de diversas maneiras, seja por meio de atividades nos finais de semana, em contraturno, com atividades extra-classe, rompimento do tempo de 50 minutos de aula, ampliação da jornada diária de aula, atividades que possibilitem maior integração e diálogo entre as disciplinas, atividades externas a escola, dentre outros. Diante destas e demais possibilidades para a organização do tempo escolar, cada Secretaria Estadual de

---

<sup>1</sup> No âmbito deste artigo, toma-se a categoria “tempo escolar” como o aumento do tempo de permanência do estudante na escola.

Educação e escolas participantes podem definir a opção que melhor se adapte a sua realidade.

Segundo Ferreira e Arco-Verde (2001), o tempo escolar é resultante de uma construção histórica, é organizativo, ele é institucional e traz as marcas da cultura. Dito de outra maneira, o tempo escolar é marcado por fatos históricos da nossa sociedade, já passou por diversas configurações, que se diferenciam na organização institucional das redes de ensino e na sua efetivação por meio das práticas pedagógicas. No caso do Ensino Médio regular, pode-se exemplificar o tempo sequencial e ordenado, organizado por disciplinas, num período determinado de horas/diárias.

De acordo com Cavaliere (2007) a ampliação da carga-horária que vem sendo proposta pelas políticas públicas, pode apresentar diferentes justificativas: adequação às novas demandas das famílias; uma maneira de obter melhores resultados educacionais; a concepção de educação que compreende o papel da escola na vida e na formação dos sujeitos. A última justificativa parece acreditar na escola, em sua possibilidade de proporcionar uma formação humana, capaz de fornecer os elementos e as ferramentas necessárias para a emancipação dos sujeitos. No caso do ProEMI, baseando-se nas intenções anunciadas nos seus Documentos Orientadores 2009, 2011 e 2013, dá a entender que este Programa demonstra por meio dos redesenhos curriculares, uma preocupação com a construção de uma identidade para o Ensino Médio, com o processo de ensino-aprendizagem e com a organização do trabalho pedagógico das escolas ao invés de priorizar apenas a melhoria dos resultados do fluxo escolar.

Segundo o levantamento realizado por pesquisas que correlacionam o aumento da jornada escolar aos resultados escolares, Cavaliere (2007) constatou a alta incidência de relações positivas entre a ampliação da carga-horária e o rendimento dos alunos. Em outras palavras, o acréscimo do tempo escolar do aluno na escola pode refletir na melhoria da aprendizagem e da qualidade da educação.

Por meio da ampliação do tempo escolar também é possível a mudança na organização curricular e nas práticas escolares, capaz de: romper com organização disciplinar e com a fragmentação do tempo de aula; promover maior diálogo; favorecer o uso de metodologias diferenciadas; contribuir para a integração entre as disciplinas e seus conteúdos; colaborar para outros rearranjos da carga-horária escolar, dentre outros. Tais possibilidades podem expressar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, ressalta-se que as mudanças relacionadas à organização do tempo escolar não são mecânicas, previsíveis e lineares, pois em cada escola já existe uma cultura escolar consolidada, que não se acaba ou é transformada imediatamente com a implantação de uma nova política pública. (FERREIRA E ARCO-VERDE, 2001). Para estes autores, cada escola possui a sua identidade e reelabora suas concepções e práticas educativas de acordo com o seu contexto.

As propostas indicadas para organizar o espaço e o tempo escolar podem ser consideradas diferentes iniciativas, pois buscam (re)significar, dinamizar e dar diversos sentidos ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, para Thiesen (2011) (re)organizar os tempos e os espaços na organização curricular pode garantir aos alunos o acesso a diferentes maneiras de apropriação e da socialização significativa das informações e dos conhecimentos.

Segundo Saviani (2003) e Thiesen (2011), para a ampliação do tempo, para a diversificação do espaço e para a permanência do aluno com qualidade na escola (dentre outros), tornam-se necessários os recursos financeiros. A falta de investimento pode impossibilitar a adequação da estrutura física, a aquisição de equipamentos diversos e de recursos pedagógicos voltados à reinvenção do cotidiano escolar.

No caso do ProEMI, para que as escolas consigam efetivar as mudanças voltadas a organização curricular, do tempo e do espaço, a diversificação das práticas pedagógicas, é destinado o repasse financeiro de acordo com o número de alunos atendidos e conforme a carga horária escolhida pela escola (5 ou 7 horas/dia, oferta do Ensino Médio noturno)<sup>2</sup>.

Os recursos financeiros podem ser investidos em despesas de custeio (aquisição de material, serviços e locações) e de capital (equipamentos e mobiliários), com o objetivo de oferecer melhores condições estruturais e pedagógicas para que a escola execute as ações propostas. Além disso, a escola pode incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades. (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013)

Mesmo que não seja o objetivo deste texto discutir se os recursos oferecidos pelo Programa são de fato suficientes ou não, destaca-se que tais investimentos representam,

---

<sup>2</sup> Para saber mais, consultar as tabelas relativas aos recursos (custeio e capital) destinados às escolas nos Documentos Orientadores do ProEMI. (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013)

no conjunto de políticas, ações e programas (em andamento), mais uma possibilidade que busca atender as diversas demandas e as necessidades das escolas participantes.

## 1.2 Reorganização do currículo

O Documento Orientador-2009 apresenta vários indicativos para o fortalecimento e à (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico- PPP nas escolas, tornando-o central no processo de mudanças curriculares. Todas as ações propostas pelas escolas precisam estar expressas neste documento.

Além disso, a integração dos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia<sup>3</sup>, numa perspectiva emancipatória e igualitária a todos os cidadãos, deve ser considerada na organização curricular pensada pelas instituições participantes do ProEMI. Destaca-se que a articulação de tais eixos não deve ser incorporada mecanicamente, como um componente técnico ou trabalhado de maneira isolada, mas sim, deve ser integrada aos diversos conhecimentos no currículo escolar. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

As orientações do ProEMI-2009, incentivam uma maior autonomia para a escola, que pode pensar e propor, de maneira coletiva e democrática, as suas ações, as suas metas e as soluções para a realidade local. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

A importância e centralidade dada ao PPP na versão-2009 parece convergir com os princípios defendidos por Veiga (2003), quando afirma que a (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico se configura em um movimento constante de reflexão e da ação da escola. Para a autora, o PPP apresenta um caráter integrador e coletivo, pois mediante as diversas expectativas e necessidades favorece o diálogo, a cooperação, a participação dos sujeitos no processo de tomada de decisão, a negociação e o maior compromisso de todos com as ações propostas. (VEIGA, 2003). Diante disso, o PPP também pode contribuir para o delineamento e à consolidação da identidade de cada escola.

Entretanto, se o PPP for (re)construído e depois arquivado, pode se tornar apenas um projeto que atende as exigências regulatórias e burocráticas das autoridades educacionais, perdendo assim, seu potencial emancipatório na formação humana. (VEIGA, 1998, 2003)

Conforme o Documento Orientador-2009, outro elemento necessário para a reorganização curricular, refere-se à reponsabilidade que cada unidade participante tem

---

<sup>3</sup> Segundo Silva e Colantonio (2008) os quatro eixos são princípios norteadores e necessários para a formação integral humana, em todas as modalidades do Ensino Médio.

em elaborar o Plano de Ação Pedagógica-PAP, devendo descrever a análise situacional da escola, indicar as potencialidades e as ameaças que podem interferir na execução de tal plano e a apresentar das ações propostas (dentre outras). (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

Tal versão parece demonstrar maior abrangência em sua implantação nas unidades escolares, pois além de incentivar as mudanças curriculares, também procura contribuir com outras necessidades da escola, buscando assim, corroborar com ações voltadas ao fortalecimento da gestão estadual e local; com as questões estruturais e com a aquisição e melhorias dos recursos pedagógicos da escola; com o trabalho, a formação e as práticas docentes; com o apoio ao estudante; com a pesquisa e estudos relativos ao Ensino Médio e Juventude. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

No que se refere aos Documentos Orientadores de 2011 e 2013, identificam-se alterações e diferenças nas orientações para a reorganização curricular. O Projeto de Reestruturação Curricular (versão-2011) e o Projeto de Redesenho Curricular (versão 2013) ganham a centralidade no processo de indução das mudanças curriculares. Os indicativos que estavam voltados a (re)elaboração do PPP (em 2009) passaram (com algumas reformulações) a ser indicativos para a reestruturação e para o redesenho curricular, nas versões seguintes. (Brasil, MEC/SEB, 2011, 2013)

Outro elemento de destaque nos Documentos Orientadores - 2011 e 2013 é organização curricular baseada em macrocampos<sup>4</sup>, articulada aos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia. As ações pensadas a partir dos macrocampos<sup>5</sup> podem apresentar diferentes formatos, dentre eles: oficinas, clubes de interesse, ações interdisciplinares, grupos de pesquisas, disciplinas optativas, seminários integrados, trabalhos de campos, etc. (Brasil, MEC/SEB, 2011 e 2013)

Conforme orientação no Documento Orientador-2013 deve-se levar em consideração as áreas de conhecimento<sup>6</sup> e os conteúdos dos componentes curriculares (conforme indicado nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio<sup>7</sup>), para a organização curricular proposta no Projeto de Redesenho Curricular. Por meio do redesenho curricular pretende-se romper com a fragmentação das disciplinas e do tempo escolar, buscando assim, repensar, dialogar e propor ações diferenciadas para a organização do currículo do Ensino Médio. (Brasil, MEC/SEB, 2013)

---

<sup>4</sup> Consultar os diferentes conceitos de macrocampo nas versões 2011 e 2013. (Brasil, MEC/SEB, 2011, 2013)

<sup>5</sup> Consultar os diferentes macrocampos nas versões 2011 e 2013. (Brasil, MEC/SEB, 2011, 2013)

<sup>6</sup> A saber, são as áreas do conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. (Brasil, MEC/SEB, 2013)

<sup>7</sup> Parecer CNE/CEB nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012.

Nesse sentido, Amaral e Oliveira (2011) consideram o ProEMI como um Programa capaz de induzir iniciativas inovadoras, pensar soluções para a diversificação curricular, de forma interdisciplinar e articulada aos eixos (trabalho, ciência, tecnologia e cultura) constituintes do Ensino Médio.

Um aspecto referente à reorganização curricular, que converge nas três versões do Documento Orientador do ProEMI, está voltado para que as ações propostas sejam definidas a partir dos interesses da comunidade escolar. (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013). No entanto, a versão de 2013 destaca a importância de considerar prioritariamente as necessidades, os interesses e as diversas culturas dos jovens, dos adolescentes e/ou adultos. (Brasil, MEC/SEB, 2013)

Ao relacionar o interesse e as expectativas dos alunos com a organização curricular da escola, Ramos (2011) considera positiva e importante a participação dos jovens na definição das ações escolares, no entanto, não pode se tornar o único determinante para as mudanças curriculares. O aluno precisa ser conduzido a despertar seu interesse para o conhecimento sistematicamente elaborado. Para a autora, deve-se cuidar para não transformar os eixos constituintes do Ensino Médio (compreendidos como dimensões da formação humana), em “vivências temáticas” e em “metodologias ativas”, pois essa prática contradiz com os princípios do Ensino Médio unitário<sup>8</sup> e, além disso, secundariza o papel central da escola (o acesso ao conhecimento produzido social e historicamente).

Ressalta-se o cuidado necessário para não transformar a organização curricular em conhecimentos de senso comum, em saberes locais ou apenas em saberes do cotidiano dos estudantes. Tais elementos devem ser levados em consideração e devem constituir o ponto de partida para se pensar o currículo escolar, no entanto, é função da escola ir além das demandas dos próprios alunos, ou seja, transmitir o “conhecimento poderoso”<sup>9</sup>, capaz de oferecer aos sujeitos condições de superar ou transformar a sua própria realidade. (YOUNG, 2007)

Nesse mesmo sentido, a educação precisa conformar o homem à sua realidade material e social e, além disso, contribuir à apropriação, à compreensão e à transformação desta realidade.

---

<sup>8</sup> Conforme Silva e Colantonio (2008) a formação unitária é aquela que toma o trabalho como princípio educativo e que é capaz de integrar ciência e trabalho, numa dimensão teórico-prática.

<sup>9</sup> O “conhecimento poderoso” é aquele saber que não é aprendido em casa; é um conhecimento especializado; é aquele que pode “fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo.” (YOUNG, 2007, p.1294),



Dubet (1997) apresenta uma crítica em relação à organização curricular das escolas de Ensino Médio. Em sua experiência como docente, na França, o autor experimentou um descompasso entre os estudantes e o currículo escolar, evidenciando assim, que o currículo (programas) é destinado para alunos abstratos, para adolescentes que não existem.

Nesse sentido o ProEMI parece reconhecer e tenta diminuir tal descompasso, ao propor que escolas juntamente com toda a comunidade escolar e, prioritariamente com os sujeitos, pensem juntos a organização curricular, de maneira a considerar as diversas culturas juvenis, as suas expectativas e os seus interesses.

De acordo com Dubet (1997) é preciso que os profissionais da educação, compreendam que a escola de Ensino Médio, atende a adolescentes, jovens e adultos e, é este público que dá vida a escola. As juventudes e as suas culturas não podem mais ser ignoradas, precisam ser entendidas em suas dificuldades, em diversas realidades e expectativas. Por isso, a organização curricular não pode ser inflexível, imposta e rígida. Inversamente, ela pode se tornar exitosa quando é pensada a partir das necessidades e expectativas dos alunos.

No que diz respeito à valorização, o respeito e a necessidade de se considerar as culturas juvenis na organização curricular Moreira e Candau (2007) complementam que tal iniciativa significa romper com o “daltonismo cultural” e a “visão monocultural” (práticas que apresentam tendências homogeneizadoras e padronizadas) presentes na dinâmica escolar. Entretanto, tal organização curricular precisa fazer parte de um “um processo pessoal e coletivo que exige desconstruir e desnaturalizar estereótipos e ‘verdades’ que impregnam e configuram a cultura escolar e a cultura da escola.” (MOREIRA e CANDAU, 2007 p.17). Para tanto, faz-se necessário considerar e valorizar os sujeitos e os seus conhecimentos no espaço escolar bem como, dar oportunidade a todas as vozes.

Sendo assim, a escola tem um papel fundamental de “... acolher, criticar e colocar em contato diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas. A contemporaneidade requer culturas que se misturem e ressoem mutuamente, que convivam e se modifiquem.” (MOREIRA e CANDAU, 2007, p.20)

### **1.3 Diversificação das práticas pedagógicas**

As versões do Documento Orientador do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013) abordam a diversificação das práticas pedagógicas por meio do incentivo e do estímulo as atividades culturais, esportivas, artísticas, experimentais e sociais (dentre outras); a utilização de laboratórios, de mídias, de tecnologias e de recursos pedagógicos; as atividades que articulem teoria e prática; o uso de metodologias diferenciadas que contribuam para diversificar o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Zibas (2005) a relação entre as práticas pedagógicas diversificadas e as culturas juvenis é uma exigência pedagógica e pode contribuir para maior permanência dos estudantes na escola. Em outras palavras, é uma forma de construir uma identificação positiva do aluno em relação à escola bem como, uma maneira de enriquecer os conteúdos disciplinares. Porém, destaca-se que a diversificação das práticas pedagógicas “não deve significar a simplificação do currículo ou mero instrumento de sedução dos jovens para facilitar o trabalho docente.” (ZIBAS, 2005, p.25)

Outra positividade em relação à diversificação metodológica é a sua colaboração para o processo de integração, contextualização dos conteúdos e interdisciplinaridade bem como, contribuir para a aprendizagem dos estudantes. (ZIBAS, 2005)

Em outras palavras, as diversificações das práticas pedagógicas propostas pelo ProEMI podem enriquecer de maneira significativa o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo assim, para a formação humana dos sujeitos. Além disso, a aprendizagem significativa pode repercutir positivamente nos índices de aprovação e incentivar o aluno a permanecer na escola até a conclusão do Ensino Médio.

#### **1.4 Acompanhamento dos dados do fluxo escolar**

No que diz respeito ao acompanhamento dos dados do fluxo escolar o Documento Orientador-2009 solicita às Secretarias de Estado de Educação a elaboração de um plano de metas para cada escola participante do Programa voltado aos índices de aprovação, reprovação, evasão e outros indicadores.

Com base neste plano, cada escola necessita definir suas metas relativas à reprovação, a evasão e a distorção idade – série, para o ano de 2011 e 2012, a partir dos resultados consolidados em 2009. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

Para além das metas propostas, cada instituição necessita realizar o acompanhamento dos seus resultados do fluxo escolar, verificando assim, a

consolidação das metas estipuladas para cada ano e os desafios para os anos seguintes. (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

Em outra orientação neste mesmo documento, propõe-se que as escolas mantenham atualizados com registros periódicos, os seus resultados de desempenho escolar (matrícula, aprovação, reprovação, abandono e evasão). (Brasil, MEC/SEB, 2009a)

Já no Documento Orientador-2011 orienta-se que cada unidade escolar acompanhe as ações propostas no seu Projeto de Restruturação Curricular (em desenvolvimento) e avalie os seus resultados a partir dos indicadores educacionais (IDEB, ENEM) e escolares (aprovação, evasão, abandono). Ainda, com base em um quadro modelo, cada escola participante precisa inserir os seus dados consolidados do fluxo escolar-2011 e preencher as metas previstas e alcançadas para os próximos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. (Brasil, MEC/SEB, 2011)

No caso, cabe a Secretaria de Estado de Educação apresentar um plano de metas para a melhoria da qualidade de ensino, estabelecido por cada escola participante bem como, apresentar relatórios periódicos contendo os indicadores de desempenho escolar (matrícula, abandono, evasão, reprovação, aprovação). (Brasil, MEC/SEB, 2011)

No que se refere à versão-2013 cada escola precisa acompanhar as suas ações e analisar o impacto delas nos indicadores do Censo Escolar (índices de aprovação, reprovação, evasão, abandono, entre outros), nos resultados das avaliações internas e externas e nos resultados do ENEM. (Brasil, MEC/SEB, 2013)

Ao analisar a relação entre a melhoria dos índices do fluxo escolar e o sucesso escolar, Arroyo (2000) afirma que tal sucesso não pode ser compreendido apenas pelo viés da aprovação do aluno e da sua conclusão dos estudos, sem passar por reprovações ou pelo abandono escolar. Entende-se que o sucesso escolar envolve a garantia do direito a cultura, à educação e a formação humana da juventude. Desta maneira, o enfrentamento do fracasso escolar não pode estar baseado apenas no aumento das taxas de aprovação.

Em relação ao ProEMI, identifica-se que além da busca pelos resultados satisfatórios no fluxo escolar, as Secretarias de Estado de Educação e o seu conjunto de escolas participantes são desafiadas a pensar em ações que incidam no processo da formação humana, no processo de ensino-aprendizagem e em toda organização do trabalho pedagógico e do currículo. Compreende-se que os efeitos das diversas ações propostas pelas unidades escolares podem refletir na melhoria da qualidade da educação

e conseqüentemente, podem refletir no aumento dos índices de aprovação e na diminuição das taxas de reprovação e de abandono escolar.

Segundo Arroyo (2000) o fracasso escolar precisa ser compreendido no contexto de uma sociedade seletiva e que exerce práticas excludentes em todos os seus segmentos. Com base nesta perspectiva, não é possível propor soluções pontuais para enfrentar os problemas estruturais da sociedade. Entretanto, o autor defende ser possível reeducar os olhares dos profissionais da educação e propor intervenções no sistema escolar, buscando transformar suas estruturas, com práticas menos seletivas e mais democráticas.

Nesse sentido, encontra-se no ProEMI potencial para contribuir neste processo de reeducação dos olhares dos profissionais da educação e para propor intervenções diferenciadas voltadas ao acompanhamento dos dados do fluxo escolar para as escolas de Ensino Médio, situando-o como parte do conjunto de políticas educacionais, diretrizes, ações e programas voltados a atender as diversas demandas da última etapa da Educação Básica.

### **1.5 Síntese comparativa dos elementos identificados nas versões do Documento Orientador do ProEMI 2009, 2011 e 2013**

Para compreensão dos principais elementos que se apresentam como possibilidade para mudanças curriculares e alterações no espaço escolar e, em decorrência, demonstram potencial para o enfrentamento das taxas de reprovação e de abandono escolar, elaborou-se um quadro comparativo, que sintetiza as principais orientações e ações propostas nas versões do Documento Orientador do ProEMI- 2009, 2011 e 2013.

**Quadro 1: Elementos que podem contribuir para o enfrentamento da reprovação e abandono escolar**

<b>Elementos identificados no Documento Orientador do ProEMI-2009, 2011 e 2013</b>	<b>Mudanças propostas 2009</b>	<b>Mudanças propostas 2011 e 2013</b>
Reorganização dos espaços	- Além da utilização das salas de aula, incentiva-se o uso e a organização de outros espaços internos e externos da	

	escola.	
Reorganização do tempo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carga horária mínima de 3.000h: sendo 2.400 obrigatórias acrescidas de 600h de ampliação gradativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carga horária mínima de 3.000h: sendo 2.400 obrigatórias acrescidas de 600h de ampliação gradativa.</li> <li>- Opção para ampliação da carga horária: 5 ou 7 horas/dia.</li> <li>- Oferta do Ensino Médio noturno.</li> </ul>
Recursos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os recursos podem ser investidos em despesas de custeio e de capital, com a finalidade de proporcionar melhores condições pedagógicas e estruturais, para que a escola execute as ações propostas.</li> <li>- Para adequar os espaços escolares e os recursos pedagógicos.</li> <li>- Para incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades.</li> </ul>	
Reorganização do currículo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (Re)elaboração coletiva e democrática do Projeto Político Pedagógico, de acordo com as necessidades e expectativas da comunidade escolar, conforme os indicativos e orientações do Programa e a partir da integração dos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia.</li> <li>- Elaboração do Plano de Ação Pedagógica, que apresentem mudanças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do Projeto de Reestruturação Curricular (2011);</li> <li>- Elaboração do Projeto de Redesenho Curricular (2013).</li> <li>- Organização curricular a partir de macrocampos, articulada aos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia.</li> <li>- As ações propostas poderão ser estruturadas em: disciplinas optativas,</li> </ul>

	<p>curriculares e ações voltadas ao fortalecimento da gestão estadual e local; a pesquisa e estudos relativos ao Ensino Médio e Juventude; ao trabalho, a formação e as práticas docentes; as questões estruturais; a aquisição e melhoria dos recursos pedagógicos da escola; propostas realizadas com o apoio ao estudante.</p>	<p>oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No Projeto de Redesenho Curricular, considerar as áreas de conhecimento e os conteúdos dos componentes curriculares, conforme indicado nas DCNEM (2013).</li> <li>- O ProEMI propõe por meio do redesenho curricular romper com a fragmentação do tempo escolar e das disciplinas, procurando assim, dialogar, repensar e propor ações diferenciadas para a organização do currículo do Ensino Médio.</li> <li>- As ações precisam ser definidas a partir dos interesses da comunidade escolar. A versão de 2013 ressalta que prioritariamente, sejam considerados os interesses e necessidades dos jovens, dos adolescentes e/ou adultos.</li> </ul>
--	---	--

Diversificação das práticas pedagógicas	<p>A diversificação das práticas pedagógicas é estimulada por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atividades que articulem teoria e prática;</li> <li>- atividades esportivas, artísticas, sociais, culturais, experimentais, etc.;</li> <li>- do uso de metodologias diferenciadas que contribuam para diversificar o processo de ensino-aprendizagem.</li> <li>- da utilização laboratórios, de mídias, de tecnologias e recursos pedagógicos.</li> </ul>	
Acompanhamento dos dados do fluxo escolar	<p>- Cabe a SEDUC: elaborar um plano de metas para cada escola participante voltado aos índices de aprovação, reprovação, evasão e outros indicadores.</p> <p>- Cabe a escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nos resultados de 2009, definir metas relativas à reprovação, a evasão e a distorção idade-série, para o ano de 2011 e 2012.</li> <li>• Acompanhar seus resultados do fluxo escolar, conferindo a consolidação das metas definidas para cada ano e os desafios para os anos seguintes.</li> <li>• Manter atualizados com registros periódicos, os resultados de seu</li> </ul>	<p><b>2011</b></p> <p>- Cabe a SEDUC: apresentar relatórios periódicos contendo os indicadores de desempenho escolar bem como, apresentar um plano de metas para a melhoria da qualidade de ensino, estabelecido por cada escola participante.</p> <p>- Cabe a escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar as ações propostas no PRC, em desenvolvimento, avaliando os seus resultados a partir dos indicadores escolares (aprovação, evasão, abandono, etc) e indicadores educacionais (IDEB, ENEM).</li> <li>• Inserir em um quadro modelo, os seus</li> </ul>

	<p>desempenho escolar (matrícula, aprovação evasão, abandono e reprovação).</p>	<p>dados do fluxo escolar consolidados em 2011 e preencher as metas previstas e alcançadas para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.</p> <p><b>2013:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabe a escola: acompanhar as suas ações e analisar o impacto delas nos resultados do fluxo escolar; nos dados das avaliações internas; nos indicadores do Censo Escolar (índices de aprovação, reprovação, evasão, abandono, entre outros) e nos resultados do ENEM.</li> </ul>
--	---	--

Fonte: Documentos Orientadores do ProEMI. (Brasil, MEC/SEB, 2009a; 2011; 2013)

### Considerações Finais

Com base na análise dos Documentos Orientadores do ProEMI- 2009, 2011 e 2013 é possível tecer algumas considerações a respeito do referido Programa.

Considerando-se as finalidades e orientações que os textos da política anunciam, foram identificadas seis possibilidades que podem contribuir para o enfrentamento dos índices de reprovação e abandono escolar: a reorganização do tempo; a reorganização dos espaços; a reorganização do currículo; a diversificação das práticas pedagógicas; o acompanhamento dos dados do fluxo escolar e os recursos financeiros.

Tais possibilidades encontradas nos Documentos Orientadores do ProEMI-2009, 2011, 2013, podem incidir no movimento de mudanças na organização do trabalho pedagógico da escola ao repensar a qualidade de ensino, que pode ter expressão no



fluxo escolar, no aumento e na qualidade da permanência. Dito de outra maneira, o referido Programa pode contribuir para que o aluno fique na escola e que tenha uma boa aprendizagem.

No entanto, salienta-se que o ProEMI não é o único responsável e/ou suficientemente capaz de mudar as problemáticas do Ensino Médio e enfrentar os índices de reprovação e de abandono escolar. O Programa integra um conjunto de políticas educacionais, ações, diretrizes e programas (que estão em andamento) e que convergem para a melhoria da qualidade da Educação Básica e dos dados do fluxo escolar.

Por fim, as ações e mudanças propostas nos Documentos Orientadores do ProEMI-2009, 2011, 2013 podem ser consideradas necessárias, importantes bem como, podem contribuir para melhorias na organização curricular das escolas participantes.

## Referências

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, R. J. Na contramão do Ensino Médio Inovador: propostas do legislativo federal para inclusão de disciplinas obrigatórias na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 209-230, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ARROYO, M. G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Revista Em Aberto**. Brasília, v.17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000. Disponível em: [MG Arroyo - aberto, 2000 - emaberto.inep.gov.br](http://emaberto.inep.gov.br). Acesso em: 06 ago. 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011. Aprova a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Relator: José Fernandes de Lima. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16368&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16368&Itemid=866)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Relator: José Fernandes de Lima. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jan. 2012. Disponível em: [http://www.ca.ufsc.br/files/2012/04/rceb002\\_121.pdf](http://www.ca.ufsc.br/files/2012/04/rceb002_121.pdf). Acesso em: 24 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Setembro-2009(a). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 30 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria Ministerial nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 2009(b). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3911&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3911&Itemid=)>. Acesso em 26 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 26 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 15 mar. 2013.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 ago. 2013.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. **Espaço Aberto**, n. 5 e n. 6, mai./jun./jul./ago. e set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_19\\_ANGELINA\\_E\\_MARILIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_19_ANGELINA_E_MARILIA.pdf). Acesso em: 20 out. 2012.

FERREIRA, V. M. R.; ARCO-VERDE, Y. F. S. Chrónos & Kairós: o tempo nos tempos da escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 17, p. 63-78, 2001. Disponível em: [www.educaremrevista.ufpr.br/numero\\_17.htm](http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_17.htm). Acesso em: 16 set. 2013.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU. V. M. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC, SEB, 2007.

RAMOS, M. N. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30 jun.2012.

SAVIANI, N. Currículo- um grande desafio para o professor. **Revista de Educação**, São Paulo, n. 16, p. 35-38, 2003. Disponível em: [pt.scribd.com/doc/59147570/Curriculo-Nereide-Saviani](http://pt.scribd.com/doc/59147570/Curriculo-Nereide-Saviani). Acesso em: 23 nov. 2012.

SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. O princípio educativo do trabalho e as possibilidades da formação unitária no âmbito do Ensino Médio Integrado. In: PARANÁ; SEED; DET. (Org.). **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual**. Curitiba: SEED, 2008, v. 1, p. 1-17.

THIESEN, J. S. Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.27, n.01, p.241-260, abr., 2011. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100011script...](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100011script...) Acesso em: 06 ago. 2013.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 07 ago. 2013.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 set. 2012.

ZIBAS, D. M. L. A reforma do Ensino Médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 24-37, jan./fev./mar/abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.